

**Crise, crescimento e concentração?
Evolução de livres e escravos em Minas Gerais, entre as
décadas de 1830 e 1860***

Mario Marcos Sampaio Rodarte *
Mateus Rezende de Andrade
Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa
João Victor Rocha Gomes
Gabriel do Carmo Lacerda
Paulo Alves da Rocha Júnior

Palavras-chave: censos demográficos; avaliação de dados; método de correção; transformações econômicas; história econômica de Minas Gerais

Resumo

Na década de 1850, o Império, através de políticas econômicas e sociais, determinou uma profunda transformação do Brasil, em direção a uma economia de mercado, que eventualmente teve efeitos que se somaram às transformações inerentes à própria dinâmica interna da economia e população de Minas Gerais. A compilação e sistematização dos dados do início da décadas de 1860 de censos domiciliares de 37 paróquias da porção central e meridional da Província possibilitou uma análise mais detalhada das transformações econômicas e demográficas, tendo como comparação, o estado da população e da economia três décadas antes. Nesse período, detectou-se redirecionamento demográfico e virtuosismo econômico, de um lado, de regiões envolvidas direta ou indiretamente à produção de exportação, em especial do café; e, de outro lado, das regiões que sediavam parte mais expressiva da rede de cidades e, também, do mercado interno. No âmbito da organização doméstica da produção, observou-se que a elevação do preço dos escravos, somados a outros fatores, acabaram por determinar uma redistribuição dos escravos, diminuindo o contingente de domicílios com pequenas posses de escravos e aumentando a quantidade de domicílios sem escravos.

Área: 1. História Econômica e Demografia Histórica

* Trabalho apresentado no XVII Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina, entre os dias 29 e 03 de agosto de 2016. Este estudo foi desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG no âmbito da pesquisa “Travessia: O processo de modernização da Minas Gerais Oitocentista pelos dados do censo econômico e demográfico de 1862”, coordenado pelo Prof. Mario Rodarte, contando com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) .

* Doutor em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor da FACE/UFMG e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG. E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br

1. Introdução

Para se ter um contexto geral e panorâmico do que ocorria em Minas Gerais no idos dos meados do século XIX (tempo este tratado neste trabalho), se deve ter em mente as transformações ocorridas na economia nacional e mineira, a expansão da cultura cafeeira de base exportadora, a dinâmica da escravidão e do trabalho escravo a partir da Lei Eusébio de Queiros (1850) e de outros arcabouços jurídicos, além do lento processo de adaptação capitalista vigente na segunda metade do século acima delineado. Como afirma João Antônio de Paula (2012, p. 179).

O período considerado nesse trabalho, do ponto de vista econômico, político, social e cultural, representa o momento consolidador de vários e decisivos aspectos da nacionalidade, seja na afirmação de algumas de suas características fundamentais, seja na abertura de possibilidades, ou mesmo pelos impasses que explicitou e que têm marcado o país até os dias atuais.

Nesse contexto de mudança extrema, temos a mais importante mudança básica do estabelecimento da economia nacional, que se pauta na troca de base da mão-de-obra, que lentamente passa da base escravista para a de base livre, pautada no assalariamento da mão-de-obra, agora também estrangeira. O processo de transição passa a ser apressado com os primeiros passos do movimento abolicionista na sociedade imperial brasileira, já por volta da década de 1850. Movimento este ainda fraco e bastante incipiente.

Ainda de acordo com o descrito por João Antônio de Paula (2012, p. 183), o dinamismo da economia brasileira, mesmo que pautada com a centralidade maior do café, configurou certa dificuldade no estabelecimento da empresa capitalista como molde de produção. É erro terrível pensar que a economia brasileira no século XIX era apenas a lavoura cafeeira escravagista e do açúcar de engenho no Nordeste. A economia interna era bastante independente de região para região, como também bastante ativa. Um ponto crucial nessa percepção era a certa divisão regional que ocorria entre as regiões, com o estabelecimento dos complexos produtivos exportadores, como o açúcar e posteriormente, o café.

Mesmo com o atestado dinamismo das economias regionais e nacional brasileira no referido tempo de estudo, apenas um fato permaneceu incontestemente nestes anos de análise: a permanência da propriedade de cativos como importante meio de aquisição de capital produtivo e trabalho, como também de transporte de valores e herança. Se observando uma família da Vila de São José, na então capitania e posteriormente província de Minas Gerais, se observa a passagem de gerações dos bens da família Moreira Alves (que surgiu da união de dois escravos libertos) serem de negros escravizados, sendo os bens imóveis, por exemplo, secundários na relação de propriedades valoradas dos membros da família. Isso também determinou a proeminência que tal família, constituída de partos e mulatos em sua larga maioria, teve em seu círculo social. Soma-se a isso, o fato de serem artesãos de certos talentos e por terem assumido cargos de confiança na administração local. (LIBBY, Douglas & FRANK, Zephyr L. Uma família da Vila de São José, História da Família no Brasil, 200X, pp. XXX-XXX, Editora ESCREVER NOME)

Tal informação também demonstra como a instituição da escravatura era arraigada dentro da sociedade colonial e, conseqüentemente, imperial.

Um fato que será tratado no decorrer deste trabalho é como a transição da mão-de-obra ocorreu dentro desse contexto de concentração e dinamismo. Devemos lembrar que a passagem para a mão-de-obra livre imigrante foi lento, tanto quanto o fim da instituição da escravatura. Primeiro, tem-se um momento de esvaziamento dos pequenos plantéis, já que o custo de oportunidade força a transferência da mão-de-obra para meios mais lucrativos. Com o deslocamento da produção mais rentável da lavoura canavieira no Nordeste para os plantios de café no Sudeste, há um primeiro deslocamento da mão-de-obra escravizada dos engenhos para os latifúndios cafeeiros. E isso mesmo aconteceu dentro do próprio Sudeste, com a transferência dos pequenos proprietários para os grandes e dos afazeres domésticos para o plantio. (MARTINS, Roberto Borges, Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez, maio de 1994)

Assim sendo, aconteceu uma concentração de renda nas partes mais abastadas da sociedade imperial, desrespeitando um padrão de riqueza que vinha se mantendo desde a época da exploração açucareira, em que até os grandes senhores de engenho deviam somas altas a comerciantes e tropeiros errantes das cidades do litoral, fato que se repetia em relação a cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX. Com o aumento das rendas advindas da exportação do café produzido e a com a batalha pela mão-de-obra vencida por parte dos cafeicultores, vê-se um processo contínuo de concentração de renda por parte deste estrato da população, uma pauperização relativa dos antigos pequenos senhores de escravos, já que como descrito pela situação da família Moreira Alves, o conjunto de plantel de cada família constituía grande parte das heranças repassadas às gerações vindouras.

2. Fontes e metodologia

3. Aspectos demográficos

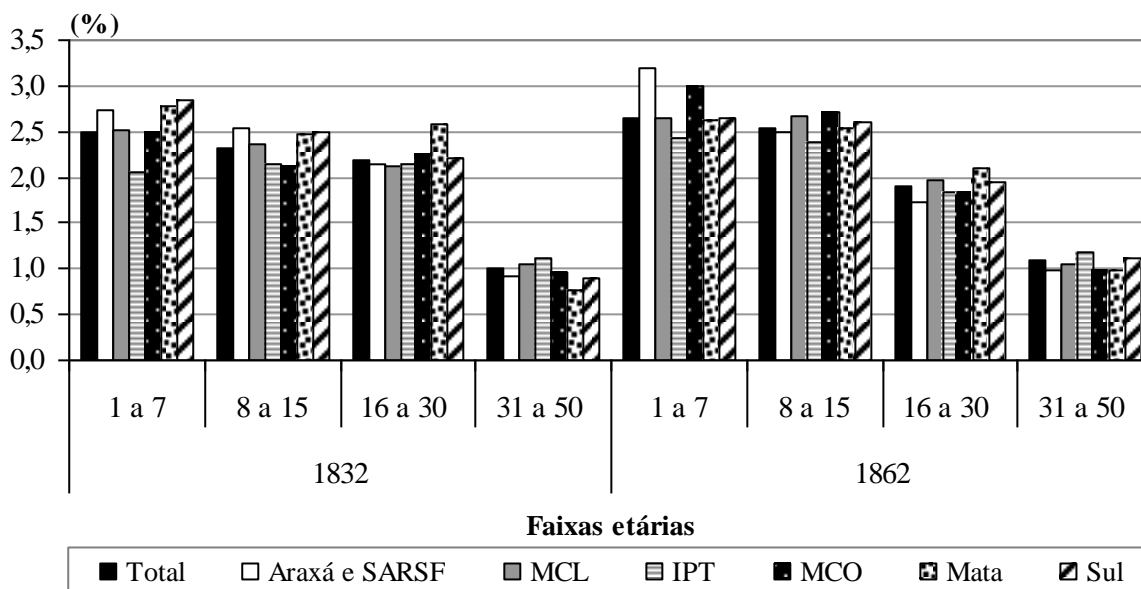
Na comparação entre 1832 e 1862, a parcela dos indivíduos entre 16 e 30 anos, que significava, aparentemente, o ápice da vida produtiva humana, permaneceu a mais elevada em ambos os períodos, porém em redução (de 4,5 pontos percentuais – p.p.), pela Tabela 1. Denota-se que a interrupção do tráfico de escravos em 1850 parece ter sido responsável (ao menos em parte) dessa mudança de estrutura da distribuição etária, tornando-a mais jovem. A maior proporção de pessoas de 16 a 30 anos, se mantida até o final do tráfico, pode ter resultado no crescimento das parcelas da população mais jovens, dada a sua maior fecundidade.

Tabela 1

Regiões	N.						%					
	Faixas etárias					Total	Faixas etárias					Total
	1 a 7	8 a 15	16 a 30	31 a 50	51 e mais		1 a 7	8 a 15	16 a 30	31 a 50	51 e mais	
1832	16.235	15.144	26.896	16.279	7.117	81.671	19,9	18,5	32,9	19,9	8,7	100,0
Araxá e SRSF	1.242	1.149	1.831	1.041	421	5.684	21,9	20,2	32,2	18,3	7,4	100,0
IPT	2.216	2.063	3.501	2.298	888	10.966	20,2	18,8	31,9	21,0	8,1	100,0
MCO	4.859	5.022	9.451	6.604	3.455	29.391	16,5	17,1	32,2	22,5	11,8	100,0
MCL	1.292	1.100	2.179	1.252	649	6.472	20,0	17,0	33,7	19,3	10,0	100,0
Mata Sul	1.169	1.043	2.036	807	199	5.254	22,2	19,9	38,8	15,4	3,8	100,0
	5.457	4.767	7.898	4.277	1.505	23.904	22,8	19,9	33,0	17,9	6,3	100,0
1862	19.932	19.035	26.703	20.467	7.650	93.787	21,3	20,3	28,5	21,8	8,2	100,0
Araxá e SRSF	2.217	1.720	2.243	1.696	776	8.652	25,6	19,9	25,9	19,6	9,0	100,0
IPT	2.186	2.220	3.047	2.171	739	10.363	21,1	21,4	29,4	20,9	7,1	100,0
MCO	5.628	5.502	7.970	6.790	3.048	28.938	19,4	19,0	27,5	23,5	10,5	100,0
MCL	1.779	1.606	2.045	1.474	520	7.424	24,0	21,6	27,5	19,9	7,0	100,0
Mata Sul	1.737	1.691	2.626	1.644	599	8.297	20,9	20,4	31,6	19,8	7,2	100,0
	6.385	6.296	8.772	6.692	1.968	30.113	21,2	20,9	29,1	22,2	6,5	100,0

O rejuvenescimento da população pode ser mais bem visualizado pelo Gráfico 1, que tem a divisão a participação de cada faixa etária, dividida pelo respectivo número de anos de cada faixa. Observou-se que o maior número relativo de crianças de 1 a 7 anos havia crescido, de forma especial, para regiões de fronteira agrícola, que cresceram pela força da migração (Araxá e Sertão Alto São Francisco), mas também na Mineradora Central Oeste, que crescia menos, pelo efeito da emigração.

Gráfico 1
Participação média da população por faixa etária, segundo regiões
Centro e sul de Minas Gerais, 36 paróquias. 1832 e 1862



A razão de sexos (RS, variável que, nas idades adultas, sugere discricionariiedade de sexo nos fluxos migratórios e nos movimentos forçados de cativos, o que também pode estar relacionado à divisão sexual do trabalho, plasmada em regiões) decresceu no período analisado, em direção a um maior equilíbrio entre sexos, ao passar de 113 para 105 homens para cada 100 mulheres. Esse movimento é resultante de dois movimentos inversos por condição social: de um lado, a população livre, mais feminina que se tornou levemente mais masculina; e de outro, a população cativa, originalmente mais masculina (162), que passou a apresentar situação menos desequilibrada, ainda que fosse de 131 homens para cada 100 mulheres.

Tabela 2

Regiões	1832								
	Livres			Escravos			Total		
	H.	M.	Razão de sexos	H.	M.	Razão de sexos	H.	M.	Razão de sexos
1832	29.710	31.442	94	19.270	11.902	162	48.980	43.344	113
Araxá e SARSF	2.130	2.115	101	859	611	141	2.989	2.726	110
IPT	4.450	4.846	92	3.292	2.146	153	7.742	6.992	111
MCO	10.253	11.653	88	6.299	4.112	153	16.552	15.765	105
MCL	3.511	3.602	97	2.130	1.153	185	5.641	4.755	119
Mata	1.526	1.345	113	1.587	799	199	3.113	2.144	145
Sul	7.840	7.881	99	5.103	3.081	166	12.943	10.962	118
1862	41.751	43.250	97	17.980	13.773	131	59.731	57.023	105
Araxá e SARSF	3.244	3.325	98	1.343	1.088	123	4.587	4.413	104
IPT	6.318	6.928	91	3.192	2.413	132	9.510	9.341	102
MCO	11.064	12.381	89	4.105	3.309	124	15.169	15.690	97
MCL	7.009	7.003	100	1.982	1.554	128	8.991	8.557	105
Mata	3.183	2.413	132	2.220	1.345	165	5.403	3.758	144
Sul	10.933	11.200	98	5.138	4.064	126	16.071	15.264	105

A Mata, além de ser a região com maior desequilíbrio de sexos, foi a única das regiões onde esse desequilíbrio se manteve praticamente o mesmo durante o tempo analisado (com o RS a oscilar de 145 para 144 homens para cada 100 mulheres), o que corrobora a ideia de ter sido uma região notável e permanentemente receptora de migrantes e de cativos homens na idade mais produtiva. Contudo, pode-se perceber uma substituição, ainda que parcial, do deslocamento forçado de escravos homens para a imigração livre, uma vez que a razão de sexos entre cativos tivesse reduzido (de 199 para 165, ainda sendo a maior entre as regiões estudadas), ao passo que o mesmo indicador elevasse de 113 para 132, no período.

Todas as outras regiões que apresentavam, originalmente, desequilíbrios de sexo decorrente de movimentação populacional passaram a apresentar mais simetria nas proporções de homens e mulheres. Nessa convergência em relação à harmonização da composição da população por sexo cabe destaque ao Sul e Mineradora Central Leste, que tinham índices de RS próximos a 120, e que convergiram para a média, mais equilibrada, de 105 homens para cada 100 mulheres.

Posse de escravos

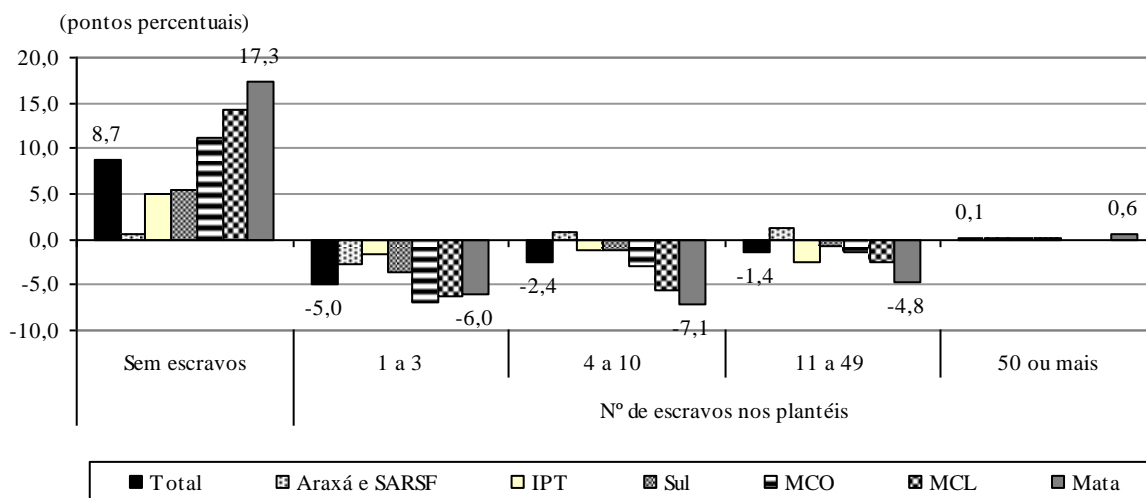
A ligeira redução da proporção de escravos que se assistiu durante o período em tela não deixa transparecer a radical mudança na composição na estrutura da posse de escravos. Nas paróquias analisadas, cerca de 9% dos fogos deixaram de contar com a mão de obra escrava entre 1832 e 1862, uma vez que a parcela das unidades familiares escravistas havia passado de aproximadamente um terço (33,7%) para um quarto (25,0%), pela Tabela 3.

Tabela 3
Fogos por estrutura da posse de escravos, segundo regiões
Centro e Sul de Minas Gerais, 36 paróquias. 1832 e 1862

Regiões	N.							%						
	Sem escravos	Nº de escravos nos plantéis					Total	Sem escravos	Nº de escravos nos plantéis					Total
		1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais	Total			1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais	Total	
1832	9.205	2.327	1.522	795	36	4.680	13.885	66,3	16,8	11,0	5,7	0,3	33,7	100,0
Araxá e SARSF	553	151	84	33	1	269	822	67,3	18,4	10,2	4,0	0,1	32,7	100,0
IPT	1.460	375	257	159	3	794	2.254	64,8	16,6	11,4	7,1	0,1	35,2	100,0
MCO	3.660	954	535	254	10	1.753	5.413	67,6	17,6	9,9	4,7	0,2	32,4	100,0
MCL	1.070	196	164	87	4	451	1.521	70,3	12,9	10,8	5,7	0,3	29,7	100,0
Mata	282	117	103	65	3	288	570	49,5	20,5	18,1	11,4	0,5	50,5	100,0
Sul	2.180	534	379	197	15	1.125	3.305	66,0	16,2	11,5	6,0	0,5	34,0	100,0
1862	13.181	2.066	1.501	759	58	4.384	17.565	75,0	11,8	8,5	4,3	0,3	25,0	100,0
Araxá e SARSF	825	190	135	64	2	391	1.216	67,8	15,6	11,1	5,3	0,2	32,2	100,0
IPT	2.014	433	297	133	7	870	2.884	69,8	15,0	10,3	4,6	0,2	30,2	100,0
MCO	4.214	570	370	180	10	1.130	5.344	78,9	10,7	6,9	3,4	0,2	21,1	100,0
MCL	2.401	191	146	91	6	434	2.835	84,7	6,7	5,1	3,2	0,2	15,3	100,0
Mata	725	158	119	72	12	361	1.086	66,8	14,5	11,0	6,6	1,1	33,2	100,0
Sul	3.002	524	434	219	21	1.198	4.200	71,5	12,5	10,3	5,2	0,5	28,5	100,0

Entre as unidades escravistas, observou-se também expressiva concentração das posses no período. A pequena propriedade de escravos (de até 3 cativos) recuou 5 pontos percentuais. A participação das médias propriedades também teve recuo, embora menos intenso (de 3,8 pontos percentuais), pelo Gráfico 2. Apenas o pequeno grupo dos grandes proprietários (com 50 ou mais escravos) manteve sua participação.

Gráfico 2



Na análise das regiões, observou-se, por um lado, que as maiores concentrações ocorreram nas regiões de fronteira agrícola da Mata e Mineradora Central Leste. Na Mata, apesar de continuar sendo a região com escravidão mais difundida, com 33,2% dos fogos na

condição de escravistas em 1862, foi onde se registrou a maior retração do número de fogos com escravos, e também o de maior crescimento do número relativo de grandes propriedades de cativos. A Mineradora Central Leste, por sua vez, reduziu seu número fogos escravistas ao ponto de se tornar a região onde seu número era o menor (15,3%). Por outro lado, o movimento de concentração praticamente não ocorreu nas regiões de fronteira do oeste, de Araxá e do Sertão do Alto São Francisco.

Tabela 4
Escravos por estrutura da posse de escravos, segundo regiões
Centro e Sul de Minas Gerais, 36 paróquias. 1832 e 1862

Regiões	N.					%					
	Nº de escravos nos plantéis				Total	Nº de escravos nos plantéis				Total	
	1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais		1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais		
1832	4.066	9.398	15.001	2.708	31.173	13,0	30,1	48,1	8,7	100,0	100,0
Araxá e SARSF	265	527	620	58	1.470	18,0	35,9	42,2	3,9	100,0	100,0
IPT	673	1.620	2.959	186	5.438	12,4	29,8	54,4	3,4	100,0	100,0
MCO	1.628	3.231	4.783	770	10.412	15,6	31,0	45,9	7,4	100,0	100,0
MCL	346	1.028	1.661	248	3.283	10,5	31,3	50,6	7,6	100,0	100,0
Mata	192	660	1.209	325	2.386	8,0	27,7	50,7	13,6	100,0	100,0
Sul	962	2.332	3.769	1.121	8.184	11,8	28,5	46,1	13,7	100,0	100,0
1862	3.569	9.237	14.899	4.048	31.753	11,2	29,1	46,9	12,7	100,0	100,0
Araxá e SARSF	337	818	1.156	120	2.431	13,9	33,6	47,6	4,9	100,0	100,0
IPT	788	1.785	2.605	427	5.605	14,1	31,8	46,5	7,6	100,0	100,0
MCO	985	2.236	3.495	698	7.414	13,3	30,2	47,1	9,4	100,0	100,0
MCL	324	931	1.865	416	3.536	9,2	26,3	52,7	11,8	100,0	100,0
Mata	268	766	1.404	1.127	3.565	7,5	21,5	39,4	31,6	100,0	100,0
Sul	867	2.701	4.374	1.260	9.202	9,4	29,4	47,5	13,7	100,0	100,0

Estagnação e crescimento; ruptura e permanência

O século XIX foi um período de transição para a economia mineira, sobretudo, na metade da centúria quando transformações no âmbito nacional guiaram a economia no sentido de instauração de mecanismos de mercado. A análise da pauta produtiva e exportadora comparada das regiões entre 1831/32 e 1862, nas quais se encontram as 36 paróquias, são capazes de dar um panorama das transformações ocorridas no período em Minas Gerais e indicar se aspectos econômicos foram responsáveis pelo crescimento com a concentração do plantel de escravos.

A partir da regionalização de Minas Gerais proposta por Godoy (1996) agrupou-se as paróquias em nove regiões (Araxá, Sertão do Alto São Francisco, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Mineradora Central Oeste, Mineradora Central Leste, Mata, Sudeste, Sul Central e Sudoeste). No entanto, em função da densidade de paróquias as regiões do Sul foram unidas, bem como a de Araxá e a do Alto São Francisco o que totaliza seis regiões a serem analisadas.

Na década de 30, segundo Paiva e Godoy (2002), a dinâmica produtiva da região de Araxá e Alto Rio São Francisco consistia na produção de viveres, algodão, suínos, bovinos e outras criações, couros e toucinho. Entre esses produtos, exportava-se o algodão, couros e toucinho para a Corte do Rio de Janeiro, bovinos para o entreposto comercial do sudeste mineiro, e outras criações dirigia-se para corte. Importava-se do Rio de Janeiro, bens manufaturados, escravos e sal. Configurando assim nessa região, uma predominância produtiva agrícola e pecuária. Voltada basicamente para exportação para a corte, aonde a demanda por bens alimentícios era alta. E importavam-se bens mais elaborados e mão de obra escrava para a produção agropecuária.

Na região Intermediária Pitangui-Tamanduá produzia-se tabaco, algodão e cana de açúcar e viveres basicamente para consumo local. Além de equinos, suínos e bovinos, couro e toucinho, e derivados de cana, entre elas a cachaça tendo como um fato curioso no qual essa produção deu nome a uma revolução na freguesia de Pitangui chamada de Revolta da Cachaça. Desses produtos ela exportava equinos, suínos e bovinos, e ouro. Como pauta de importação estava produtos sal, manufaturados e bens importados. (Paiva e Godoy 2002)

Já na região Mineradora Central Oeste produzia cana de açúcar, viveres, bovinos, fiação e tecelagem, derivados de cana, doces e queijos. Produzia-se também, ouro, diamantes e pedras preciosas, siderurgia e manufatura. Exportava fiação e tecelagem, e doces para a corte, além de pedras preciosas e ouro. Importava escravos, manufaturas, importados e sal. Observa-se nessa região uma dinâmica urbana maior do que nas outras, através de uma economia mais dinâmica e urbana.

Na região Mineradora Central Leste produzia-se algodão, viveres, ela exportava algodão. Uma região menos dinâmica que as demais.

Na Mata produzia viveres. Essa região mais a frente, como retornaremos a citar na menção sobre Minas da década de 60, terá um dinamismo econômico maior, com a entrada do café, que gerou um efeito de acréscimo na vida econômica região.

Na região Sul, que engloba o Sudeste, Sudoeste, Sul Central, produzia tabaco, e viveres, produzia também bovinos, suínos e outras criações. Além de fiação e tecelagem, couro e toucinho, e ouro. Entre as suas negociações incluía exportação de fumo para a

província de São Paulo e a Província do Rio de Janeiro, além de viveres para a corte e ouro para o Rio de Janeiro. Envia também para a corte, outras criações suínos e bovinos, couro toucinho e queijo. Já para São Paulo enviava fiação e tecelagem, doces e queijo. E importava de São Paulo bens importados, e do Rio de Janeiro escravos, sal e bens importados. Sendo assim, nessa região configurava-se um dinamismo mercadológico maior do que nas outras.

Observa-se que um menor dinamismo nas regiões de avanço de fronteira agrícola a oeste, mais voltado para produção de bens agrícolas e pecuários, assim como na região Mineradora Central Leste, que tinha pouco dinamismo produtivo. Já na região Mineradora Central Oeste, observa-se um dinamismo econômico maior, com atividades mais próximas daquelas observadas em áreas urbanas, com manufaturas e outros bens característicos de urbanização. Podemos também retirar pouco dinamismo na Mata, que mais a frente observará um aumento tanto de produto quanto da sua importância mercantil com a introdução do café, mas que nesse período era menos dinâmico que as demais. Já na Região Sul, podemos ver uma forte ligação com o setor mercantil, com culturas agropecuárias principalmente voltadas para abastecer São Paulo e a Corte no Município Neutro. Observa-se que nas regiões mais dinâmicas cita a importação de escravos, muito talvez, por causa da dinâmica produtiva da região ser maior, assim como a necessidade de mão de obra.

Na década de 60, possui-se dados retirados através de lista nominativas encontradas no Arquivo Público Mineiro (APM), contendo informações tanto demográfica quanto econômicas que abrangem algumas regiões nos permitindo fazer uma análise comparativa.

Na região do Araxá e Sertão do Alto Rio São Francisco, produzia-se fumo, cana, café, viveres e algodão. Além de bovino, equinos, suíno, além de queijos e toucinhos, manufaturava tecidos, cal e panelas de pedra, mas produzido em pequenas escala no âmbito doméstico. Exportava suínos, bovinos, viveres, queijo e fumo, principalmente para a província do Rio de Janeiro. Importava sal, gêneros de engenhos e vinhos. Observa-se que comparado aos dados do ano de 1832, houve uma dinamização da produção dessa região. Agora com a entrada de fumo, cana e café, contrapondo a noção geral de que café era apenas produzido na mata, esse último para exportação.

Na região do Intermediário Pitangui-Tamanduá produzia-se fumo, algodão e viveres no âmbito agrícola. Na pecuária está equinos, suínos e bovinos e outras criações. Havia, mesmo que razoável, uma certa prática de fiação e tecelagem. Além de derivados de cana, toucinho. Exportava fumo, viveres, toucinho, derivados de cana, em alguns lugares exportava gado para o Rio de Janeiro e viveres para São João Del Rey. Na pauta de importação estava sal, vinho, fazendas secas, fazendas molhadas e ferro. Aparece nessa nova pauta, bens não citados por Godoy e Clotilde (2002), como o ferro, fazendas secas, fazendas molhadas, aparecendo na pauta de bens importados dessa região.

Na região Mineradora Central Oeste, produzia viveres, cana, algodão, café. Na pecuária, estava bovinos, equinos, suínos e outras criações. Na manufatura aparecia um pouco da tecelagem de tecidos de algodão. Além também, da produção de toucinho e derivados de cana. Exportava algodão, café, derivados de cana, viveres e toucinho, gado em principal para a província do Rio de Janeiro. Importava fazenda seca, vinho, ferro, manufaturados, velas de cera, drogas, bacalhau, farinha de trigo, vinagre, queijos, fumo, fazendas molhadas.

Região Mineradora Central Leste, produzia viveres, algodão e fumo. Na pecuária se inclui a criação e bovinos e equinos. Produzia também queijos. Exportava viveres, queijos, outras criações. Importava sal, ferragem, louça e fazendas molhadas.

Na Mata produzia viveres, cana, café e fumo. Na pecuária incluem-se suínos e outras criações. Além de derivados de cana e toucinho. Na exportação inclui-se toucinho, derivados de cana, café e outras criações. E importava fazendas secas e molhadas. Observa-se nessa região uma nova dinâmica econômico, muito em função da entrada do café voltada em quase sua totalidade para a exportação.

Na região Sul, produzia-se viveres, fumo, cana. Na pecuária, bovinos, equinos, suínos e outras criações. Na indústria está derivados de cana, toucinho e tecidos de algodão, possuía também fábrica de fumo. Exportava-se viveres, bovinos, equinos, toucinho, derivados de cana, tecidos, outras criações, fumo. Importava, sal, fazendas secas, fazendas molhadas, vinho, café, manufaturas, bacalhau, derivados de cana (aguardente). Essa região se configura nessa época como um posto de produção principalmente de bens direcionados para abastecer a corte no Município Neutro e São Paulo com bens alimentício e entre outras. Observa-se uma força maior de produtos alimentares.

Como era de se esperar, pouco cita a importação de escravos, então bens escassos no Brasil na época. Dessa forma, muitas regiões antes pouco dinamizadas quanto a sua produção passaram a ter uma certa relevância, como a Mata, e entramos nesse período numa nova dinâmica para os municípios que fazem limite com a província do Rio de Janeiro. O Café passa a ser o principal produto da pauta exportadora e produtiva brasileira, centralizados principalmente sua produção na região do Paraíba do Sul fluminense, mas com forte influência em municípios da Mata mineira.

Considerações finais

Minas Gerais, ao longo do período analisado, não só manteve a posição da província mais populosa, como também ampliou sua fatia demográfica no Império, ao passar de 16,6% para 20,6% do total, entre 1832 e 1872. Os dados de 1862 mostram que a aceleração do crescimento deu-se mais nos 10 anos finais do período, com ritmo de 3,8% anuais, inferior apenas a São Paulo (5,4%) entre as 10 províncias mais populosas.

Nos primeiros trinta anos, a população mineira cresceu de forma mais moderada (1,8%), com taxa semelhante à brasileira (1,7%). Tal comportamento reflete, de um lado, a depopulação em importantes regiões centrais da província (em especial, a Mineradora Central Oeste, onde o baixo crescimento de livres foi anulado pelo decréscimo de escravos, mantendo a população com crescimento nulo) e, de outro lado, o rápido crescimento de regiões periféricas ao povoamento original, pela expansão da fronteira agrícola (como Mata e Triângulo, ambas em 4,1% a.a.), e de áreas com economia local vigorosa (como Vale do Alto Médio São Francisco, com 5,2%).

A dinâmica demográfica captada pela pesquisa acena para um período de relativa involução econômica na primeira metade do século XIX e uma retomada do dinamismo no momento seguinte, bem ao modo como apregoava Furtado (1977). Contudo, tal dinamismo não se deu apenas nas áreas que experimentavam a expansão do café, mas também em lugares que eram palco de uma economia diversificada, como também no apontou Martins (2004). Os próximos movimentos da pesquisa em andamento visarão, justamente, realizar um

estudo combinado da evolução demográfica e econômica, ao fazer uso dos dados econômicos do censo de 1861 e das listas de fogos de 1862.

Fontes e referências bibliográficas

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o anno de 1864 organizado e redigido por A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira, 2º. Anno, Ouro Preto, Typogarithia do Minas Geraes, 1864.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=393428&PagFis=1>>. Acesso em: 19 set. 2014.

BASSANEZI, Maria S. B.(org.). **São Paulo do passado: Dados demográficos. V. II: 1854.** Campinas: NEPO/Unicamp, 1998. 435p.

<<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1854.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2014.

BOTELHO, Tarcísio R. **População e nação no Brasil do século XIX.** 1998. 241 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977. 248 p.

GODOY, Marcelo M. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço:** uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996. 112 p. (Texto para discussão, 109).

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da; LIMA, Maurício Antônio de Castro. População de Minas Gerais na segunda metade do Séc. XIX. In: X Seminário Sobre a Economia Mineira. X, 2002, Diamantina. In: **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002. p. 1-25.

MARTINS, Roberto B. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. do A. (Orgs.). **História econômica da independência e do império,** São Paulo: ABPHE, 2002. p. 99-130.

MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 442 p.

MORTARA, Giorgio. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. VI. Sinopse da dinâmica da população do Brasil nos últimos cem anos. **Revista Brasileira de Estatística.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 267-276, Abr./Jun. 1941.

PAULA, João A. de. O mercado e o mercado interno no Brasil. **História Econômica & História de Empresas,** São Paulo, v. 1, n. 1 , p. 7-39, jan./jun. 2002.

RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo:** perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo**: domicílios ou famílias do passado Minas Gerais, 1830. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. v. 1. 279p .

RODARTE, Mario M. S. *et al.* **O banco de dados dos inquéritos provinciais da segunda metade do século XIX**, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 33 p. (Texto para discussão, 206).

SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras**: Volume I – Estatísticas desejadas (1822-c.1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 614p.

SOUSA e SILVA, Joaquim Norberto de. **Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje**. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar; 1ª ed.: 1870).

Apêndice

Tabela 5 – População total recenseada, por tipos, subtipos regionais e regiões – Minas Gerais – 1862

Tipo, subtipos e regiões	Dados 62 ou inferidos 32 e 72				Pro Rata				Total			
	Livres	Escravos	Total		Livres	Escravos	Total		Livres	Escravos	Total	
			N	%			N	%			N	%
Tipo A	525.890	151.461	677.351	92,6	43.624	10.748	54.372	7,4	569.514	162.209	731.723	100,0
Tipo A.1	418.543	132.533	551.076	95,7	18.218	6.274	24.492	4,3	436.761	138.807	575.568	100,0
Mineradora Central Oeste	150.833	42.118	192.951	100,0					150.833	42.118	192.951	100,0
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	78.912	24.728	103.640	95,4	3.774	1.182	4.956	4,56	82.686	25.910	108.596	100,0
Sudeste	60.090	27.130	87.220	92,3	5.035	2.273	7.308	7,73	65.125	29.403	94.528	100,0
Sul Central	128.708	38.557	167.265	93,2	9.409	2.819	12.228	6,81	138.117	41.376	179.493	100,0
Tipo A.2	107.347	18.928	126.275	80,9	25.406	4.474	29.880	19,1	132.753	23.402	156.155	100,0
Diamantina	15.411	2.714	18.125	37,8	25.406	4.474	29.880	62,24	40.817	7.188	48.005	100,0
Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	55.392	7.020	62.412	100,0					55.392	7.020	62.412	100,0
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	36.544	9.194	45.738	100,0					36.544	9.194	45.738	100,0
Tipo B	248.106	86.826	334.932	80,2	58.812	24.034	82.846	19,8	306.918	110.860	417.778	100,0
Tipo B.1	129.885	58.379	188.264	81,7	26.545	15.543	42.088	18,3	156.430	73.922	230.352	100,0
Mata	80.287	47.013	127.300	75,2	26.545	15.543	42.088	24,85	106.832	62.556	169.388	100,0
Araxá	49.598	11.366	60.964	100,0					49.598	11.366	60.964	100,0
Tipo B.2	118.221	28.447	146.668	78,3	32.267	8.491	40.758	21,7	150.488	36.938	187.426	100,0
Sertão do Alto São Francisco	38.864	8.594	47.458	100,0					38.864	8.594	47.458	100,0
Triângulo	14.743	4.279	19.022	50,4	14.520	4.214	18.734	49,62	29.263	8.493	37.756	100,0
Mineradora Central Leste	64.614	15.574	80.188	78,5	17.747	4.277	22.024	21,55	82.361	19.851	102.212	100,0
Tipo C	170.923	30.587	142.271	53,6	54.322	9.823	64.145	24,1	225.245	40.410	265.655	100,0
Minas Novas	86.357	14.550	100.907	77,0	25.779	4.344	30.123	22,99	112.136	18.894	131.030	100,0
Sertão do Rio Doce	1.125	111	1.236	17,7	5.243	517	5.760	82,33	6.368	628	6.996	100,0
Sertão	18.409	2.406	20.815	100,0					18.409	2.406	20.815	100,0
Paracatu	18.292	1.021	19.313	75,3	5.992	334	6.326	24,67	24.284	1.355	25.639	100,0
Sudoeste	46.740	12.499	59.239	73,0	17.308	4.628	21.936	27,02	64.048	17.127	81.175	100,0
Total	944.919	268.874	1.154.554	81,6	156.758	44.605	201.363	14,23	1.101.677	313.479	1.415.156	100,0

Fonte dos dados básicos: Ver **Ошибка! Источник ссылки не найден.**

Tabela 6 – População total recenseada, por província, em ordem de tamanho populacional em 1872, e taxas de crescimento - Brasil e Províncias, em vários anos – 1818 - 1872.

Províncias e Brasil	1º Período (1818-1832)				2º Período (1832-1862)				3º Período (1862-1872)		Taxa de crescimento 1818-1872	
	1818 (1)	Segunda contagem (2)		Taxa de cresc.	1832 (3)	Terceira contagem (4)		Taxa de cresc.	1862 (5)	Censo 1872		Taxa de cresc.
		Ano	Total			Ano	Total					
Brasil	3.596.132	-	-	1,7	4.553.850	-	-	2,0	8.277.292	10.092.917	2,0	1,9
1-Minas Gerais	631.885	1832	756.657	1,3	756.657	1862	1.415.156	2,1	1.415.156	2.083.545	3,9	2,2
2-Bahia	477.912	1854	1.100.000	2,3	660.911	1870	1.136.767	1,4	1.014.113	1.379.616	3,1	2,0
3-Corte e RJ	510.000	-	-	1,0	587.723	-	-	2,3	1.158.151	1.094.576	-0,6	1,4
Rio de Janeiro	390.669	1850	556.003	1,1	455.894	1868	1.100.000	2,5	949.813	819.604	-1,5	1,4
Corte	119.331	1838	137.578	0,7	131.829	1870	235.381	1,5	208.338	274.972	2,8	1,6
4-Pernambuco	368.465	1854	950.000	2,7	532.546	1854	950.000	2,7	1.172.545	841.539	-3,3	1,5
5-São Paulo	238.323	1836	284.266	1,0	273.345	1854	418.532	2,0	488.661	837.354	5,5	2,4
6-Ceará	201.170	1860	503.703	2,2	273.170	1868	560.000	2,0	496.854	721.686	3,8	2,4
7-Rio Grande do Sul	92.180	1857	282.547	2,9	137.804	1863	392.725	3,4	379.679	446.962	1,6	3,0
8-Paraíba	96.448	1850	212.466	2,5	136.256	1868	300.000	2,2	263.023	376.226	3,6	2,6
9-Maranhão	200.000	1854	360.000	1,6	251.364	1854	360.000	1,6	410.232	360.640	-1,3	1,1
10-Alagoas	111.973	1849	207.796	2,0	148.041	1869	328.230	2,2	282.330	348.009	2,1	2,1
11-Pará	123.901	1853	187.094	1,2	146.106	1853	187.094	1,2	208.010	275.237	2,8	1,5
12-Sergipe	114.996	1854	183.600	1,3	137.943	1854	183.600	1,3	203.717	234.643	1,4	1,3
13-Rio Grande do Norte	70.921	1855	132.296	1,7	89.790	1855	132.296	1,7	148.859	233.979	4,6	2,2
14-Piauí	61.226	1854	150.400	2,5	86.841	1866	171.970	2,0	158.688	211.822	2,9	2,3
15-Goiás	63.168	1856	121.986	1,7	80.500	1862	135.000	1,7	135.000	160.395	1,7	1,7
16-Santa Catarina	44.031	1854	105.000	2,4	61.736	1866	119.181	2,0	110.306	159.802	3,8	2,4
17-Paraná	59.942	1854	72.400	0,5	64.509	1868	100.000	1,2	92.954	126.722	3,1	1,4
18-Espírito Santo	72.845	1854	51.300	-1,0	63.559	1854	51.300	-1,0	47.455	82.137	5,6	0,2
19-Mato Grosso	37.396	1828	38.357	0,3	38.748	1862	52.688	1,0	52.688	60.417	1,4	0,9
20-Amazonas	19.350	1854	42.600	2,2	26.301	1865	40.420	1,3	38.871	57.610	4,0	2,0

Fontes dos dados básicos: (1) Estimativa do Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, adaptado para os limites provinciais da década de 1870 por Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986: 162-3); (2) Minas Gerais: ver combinação de contagens apresentadas em Rodarte (2008: 290); Demais províncias: contagens apresentadas em Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986) e Botelho (1998); (3) Resultados obtidos mediante interpolações entre 1818 e as contagens regionais; (4) Minas Gerais: ver combinação de contagens no início da década de 1860; Demais províncias: contagens apresentadas em Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986) e Botelho (1998); (5) Resultados obtidos mediante interpolações entre 1832 e as contagens regionais.

Tabela 7 - Estimativas populacionais ajustadas. Brasil, 1832, 1862 e 1872

Províncias e Brasil	1832			1862			1872			Taxa de crescimento (em % a. a.)					
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	1832-1862			1862-1872		
										Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
1-Minas Gerais	572.099	276.098	848.197	1.118.367	318.453	1.436.820	1.705.419	378.126	2.083.545	2,3	0,5	1,8	4,3	1,7	3,8
2-Bahia	548.113	192.400	740.513	843.607	185.694	1.029.301	1.211.792	167.824	1.379.616	1,4	-0,1	1,1	3,7	-1,0	3,0
3-Corte e RJ	400.112	258.746	658.858	837.725	337.779	1.175.504	739.212	355.364	1.094.576	2,5	0,9	1,9	-1,2	0,5	-0,7
Rio de Janeiro	316.925	193.932	510.857	683.120	281.482	963.762	513.179	306.425	819.604	2,6	1,2	2,1	-2,8	0,9	-1,6
Corte (Mun. Neutro)	83.187	64.303	147.490	155.445	56.296	211.742	226.033	48.939	274.972	2,1	-0,4	1,2	3,8	-1,4	2,6
4-Pernambuco	458.292	138.304	596.596	1.002.413	188.215	1.190.628	752.511	89.028	841.539	2,6	1,0	2,3	-2,8	-7,2	-3,4
5-São Paulo	213.835	92.373	306.208	361.306	134.439	495.745	680.742	156.612	837.354	1,8	1,3	1,6	6,5	1,5	5,4
6-Ceará	240.884	65.324	306.208	470.538	34.450	504.147	689.773	31.913	721.686	2,3	-2,1	1,7	3,9	-0,8	3,7
7-Rio Grande do Sul	110.235	44.400	154.635	308.370	77.303	385.673	377.277	69.685	446.962	3,5	1,9	3,1	2,0	-1,0	1,5
8-Paraíba	128.607	23.987	152.594	237.790	29.409	267.198	354.700	21.526	376.226	2,1	0,7	1,9	4,1	-3,1	3,5
9-Maranhão	127.076	154.635	281.711	360.465	55.456	416.762	285.367	75.273	360.640	3,5	-3,4	1,3	-2,3	3,1	-1,4
10-Alagoas	88.800	77.063	165.863	223.505	63.018	286.524	312.268	35.741	348.009	3,1	-0,7	1,8	3,4	-5,5	2,0
11-Pará	126.566	37.255	163.821	183.174	27.728	210.902	247.779	27.458	275.237	1,2	-1,0	0,8	3,1	-0,1	2,7
12-Sergipe	120.442	34.193	154.635	164.688	42.012	206.700	204.524	30.119	234.643	1,0	0,7	1,0	2,2	-3,3	1,3
13-Rio Grande do N.	86.759	13.779	100.538	126.877	23.527	151.244	220.959	13.020	233.979	1,3	1,8	1,4	5,7	-5,7	4,5
14-Piauí	78.083	19.393	97.476	141.161	19.326	161.327	186.897	24.925	211.822	2,0	0,0	1,7	2,8	2,6	2,8
15-Goiás	61.242	29.089	90.331	122.676	14.284	136.960	149.743	10.652	160.395	2,3	-2,3	1,4	2,0	-2,9	1,6
16-Santa Catarina	56.138	13.269	69.407	97.469	15.124	111.753	144.818	14.984	159.802	1,9	0,4	1,6	4,0	-0,1	3,6
17-Paraná	61.242	11.227	72.469	84.025	10.083	94.108	116.162	10.560	126.722	1,1	-0,4	0,9	3,3	0,5	3,0
18-Espírito Santo	52.055	19.394	71.449	36.131	11.763	47.894	59.478	22.659	82.137	-1,2	-1,7	-1,3	5,1	6,8	5,5
19-Mato Grosso	30.110	13.269	43.379	40.332	13.444	53.776	53.750	6.667	60.417	1,0	0,0	0,7	2,9	-6,8	1,2
20-Amazonas	22.966	5.615	28.581	37.811	1.680	39.492	56.631	979	57.610	1,7	-3,9	1,1	4,1	-5,3	3,8
Brasil	3.583.656	1.519.813	5.103.469	6.798.430	1.603.187	8.402.458	8.549.802	1.543.115	10.092.917	2,2	0,2	1,7	2,3	-0,4	1,9

Fonte dos dados básicos: ver Tabela 6. Dados de 1832 e 1882 ajustados por taxas de crescimento estimadas por Merrick e Graham (1981).